

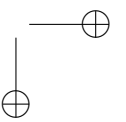
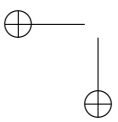
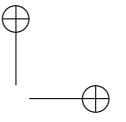
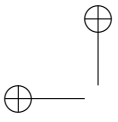
**UM EQUACIONAMENTO
DO PROBLEMA
DO QUE HÁ**

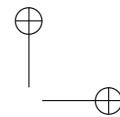
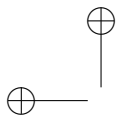


Miguel S. Albergaria

2010

www.lusosofia.net





LUSOSofia:press

Covilhã, 2010

FICHA TÉCNICA

Título: *Um equacionamento do problema do que há*

Autor: Miguel S. Albergaria

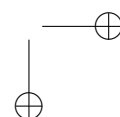
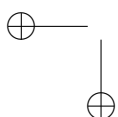
Colecção: Ensaio LUSOSOFIA: PRESS

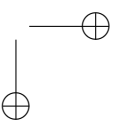
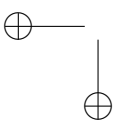
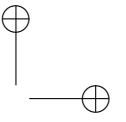
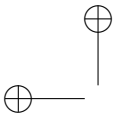
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

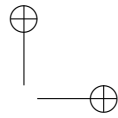
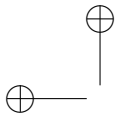
Composição & Paginação: Filomena S. Matos

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2010







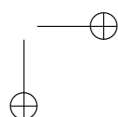
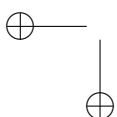
Um equacionamento do problema do que há

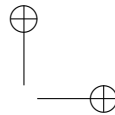
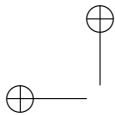
Miguel S. Albergaria

Índice

Resumo:

Sob a pergunta pelo que há em geral, neste artigo proponho enquadrar uma metafísica que visa *esquemas conceptuais* fundamentais, e uma metafísica que visa a *realidade* mesma, como desenvolvimentos de dois *projectos metafísicos* originários. Em cujos termos se formularão as alternativas entre *realismo* e *nominalismo*, entre concepções extremas e intermédias da “substância” dos entes particulares, entre *endurantismo* mais um *perdurantismo*, e um outro *perdurantismo*, numa abordagem a estas dicotomias clássicas que, não sendo já directa, porventura logrará recursos conceptuais que facilitem alguma sua resolução. Além das ilações epistemológicas, e eventualmente para as ciências particulares, que daqui decorrerão.



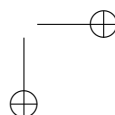
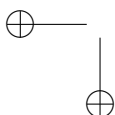


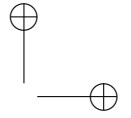
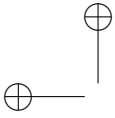
1. Propedêutica à pergunta pelo que há

Estou sentado a escrever (ler) no computador. O que aqui há, pois, é um “eu”, e uma “acção de escrever (ler)”, e um “computador”. E isso que é o caso fica precisamente assim isolado pela semântica e sintaxe da expressão que refere tudo isso. Ou seja, a linguagem como que recorta (delimita) no universo de tudo o que se substitui ao nada, ao vazio, os elementos que o (a esse universo) compõem, assinalando também as relações que esses últimos possam travar entre si numa unificação do conjunto que assim se construirá em tal universo¹. Entretanto não imagino como se traduzirá “sentado” em swahili, mas, se for como “arroz”, a maior dificuldade estará na opção de qual de vários termos será aqui apropriado – é que *onde* em português se recorta um caso (mediante o nome “arroz”), nesse *outro* conjunto recortam-se três casos distintos, aparentemente sem submissão a alguma classe geral (v. Fuchs, 2002). E mais complicada ainda será uma tradução daquela frase inicial, ou seja, o recorte *equivalente* de um conjunto, mediante línguas que aparentemente não distinguem os verbos dos nomes, ou pelo menos essa distinção poderá não reenviar para uma distinção geral entre acções e entes (*ibid.*) – como ficará recortado o universo em relações que não da forma “alguém/escreve(lê)/...”?

A diversidade linguística constitui-se assim como uma entrada

¹ Usaremos pontualmente a linguagem da teoria dos conjuntos sem nos comprometermos porém com alguma determinação do conceito “conjunto” como “coleção” ou apenas como “fusão” (cf. Potter, 2004: 21-23). Nesta última acepção, significa a mera soma de unidades numericamente distintas, o seu uso constitui um atalho linguístico a expressões que nomeassem cada uma dessas unidades – em conformidade à metafísica nominalista que aqui referiremos. Em troca a primeira acepção compromete-se com o realismo metafísico, significando agora “conjunto” (“coleção”) o agregado daquelas unidades mas naquilo mesmo que lhes permite serem assim reunidas.





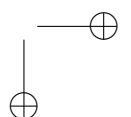
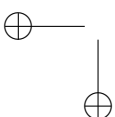
– entre outras² – para perguntas como: o que é que há? O que é que é o caso? Com que é que se tem que contar?...

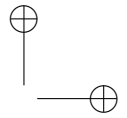
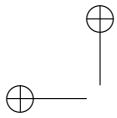
É certo que, se se descontinuar esta estranha curiosidade de se perguntar pelos enigmas apenas por estes se constituírem como tais – como o alpinista que subia montanhas apenas porque estas estavam lá – poder-se-á contar ingenuamente com aquilo cujo recorte tem permitido ao respectivo conjunto subsistir, e ignorar quaisquer outros recortes que porventura encaixem no mesmo lugar no seio desse conjunto, ignorando ainda mais quaisquer outros conjuntos que porventura se construam no referido universo. A história (que se tem constituído no conjunto em que estaremos agora a comunicar por meio destas linhas...) revela porém que nem todos os conjuntos subsistem equivalentemente – veja-se adiante o caso-de-estudo em 2.1 – e que, no mesmo lugar dum universo, uns recortes podem relacionar-se melhor do que outros alternativos com os colaterais desse lugar – ex. a substituição da força gravítica newtoniana pela einsteiniana deformação geométrica do espaço-tempo pela massa, no seio da física clássica. Mesmo descontando aquela curiosidade, pois, a pergunta pelo que propriamente haverá tende a impor-se.

No entanto creio que caímos numa situação delicada uma vez que a enfrentemos.

Desde logo, essa já não é a situação tecnocientífica em que se pergunta, não pelo que há, mas tão-somente pelo que há-ali. Por exemplo, no C.E.R.N. pergunta-se hoje pelo haver do bóson de

² Em Albergaria (2009) apontei entradas científicas, epistemológicas, e até éticas e culturais em geral, para essas perguntas. As quais adquirem assim um estatuto propriamente civilizacional – nesse ensaio propus mesmo pensar a civilização Ocidental a partir das respostas que se lhes dão. Na nota 15 desse outro texto, porém, reconheci que aquelas entradas se organizaram na base da disjunção que aqui proponho na secção 4, de modo que estes dois textos estabeleçam alguma circularidade. Que porém resta aberta, dada a autonomia tanto da pergunta directa pelo que há, quanto de cada uma daquelas entradas à margem da organização que ali as enquadra.



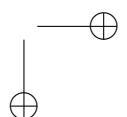
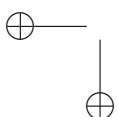


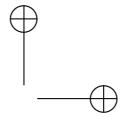
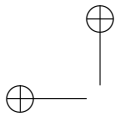
Higgs, mas, para isso, não se pergunta pelo haver do acelerador de partículas, dos Alpes, etc. Ora tudo isso fica em causa quando se pergunta em geral pelo que há. Logo a resposta a esta pergunta não pode ser respondida por processos empírico-indutivos como nas experiências controladas das tecnociências, nas quais se conta com casos de algumas regiões do conjunto do que se supõe haver para se determinar leis de outras regiões segundo o que se verifica em alguns casos destas outras.

Mas para ultrapassarmos esses contingencialismos regionais não poderemos visar alguma estrutura geral de recorte em conformidade à qual se delimitasse depois o que quer que haja. Pois, se tal estrutura for uma linguagem natural, resta ela própria contingente face à não necessidade da sua unicidade – patente na diversidade das línguas. Se, em troca, ela se constituir como uma linguagem que expressa alguma teoria de algum modo considerada legítima – ex. a expressão natural da interpretação de Copenhaga da mecânica quântica – regressamos ao contingencialismo regional que procurávamos ultrapassar³.

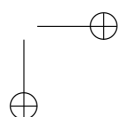
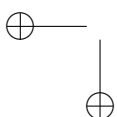
À margem dessa circularidade me parece que se estabelece outra: a assunção de uma tal estrutura *conta com* que a matéria a recortar na concepção do que há possa ou deva ser recortada por esse meio. Um exemplo deste curto-circuito – em que se conta

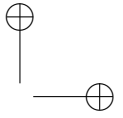
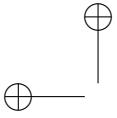
³ Penso que se verifica uma petição de princípio em qualquer análise da linguagem L_i , que expresse uma teoria T_i de certo modo considerada legítima, *em ordem* a explicitar o tipo de entidade com que esta teoria se compromete. Pois se tanto a génese deste compromisso quanto a respectiva legitimação se situam no âmbito da T_i , então basta expressar esta última – como reconhece João Branquinho (1990: 10), perante o problema de se “determinar o que é que há *tout court*, [esse método] deixa-se de certo modo reduzir ao [problema] de determinar o que é que há relativamente a uma certa teoria”, pelo que o universo será constituído, mais liberalmente, pela reunião de todos os compromissos metafísicos das teorias consideradas legítimas, ou, mais austeramente, pela sua intersecção. Uma análise de L_i não faz mais do que reduplicar essa mesma expressão de T_i , e portanto a sua pressuposição do que é suposto haver (como no caso do acelerador de partículas).





logo com a raiz daquilo de que se pergunta – julgo ser a discussão entre as respostas ditas *realista* e *nominalista* à pergunta pelo que há *directamente na base* da estrutura linguística que faculta frases como “Este monitor e este teclado são de cor preta, e a sua relação com esta secretária é a de sobreposição”. Pois analisando-se em ambas as respostas (tanto quanto as percebo) expressões como esta, a primeira recorta cada unidade qualitativa – ou formal, como direi em 4.1 – isolando ali “monitor” do que quer que (como isto, ou aquilo naquele outro quarto) satisfaça essa classe, bem como “cor” e “preto” podendo a primeira propriedade constituir predicado da segunda (“preto é uma cor”), bem como quaisquer relações enquanto tais (“estar em cima de”). Para contar então com todas estas unidades – isto é, todas elas serão o caso. A resposta nominalista, diferentemente, começa por analisar a expressão como tal, reduzindo-a a “Este monitor preto e este teclado preto encontram-se sobre esta secretária”, de modo que *poupa* o recorte ou isolamento de classes, propriedades e relações. E, em seguida, aceita suspender a análise de expressões como “monitor preto” que, em função dessa poupança conceptual, assume como a unidade básica que os realistas apenas reconhecem em qualidades (formas) simples como “monitor” e “preto”. *Ceteris paribus* (com tudo o mais constante), dizem os nominalistas, esta concepção é mais económica do que a anterior pois gera uma realidade mais simples. Independentemente do critério (como esse económico) de opção entre respostas à pergunta pelo que é o caso – a que aqui remeterei apenas na última secção – exige-se um critério de determinação da igualdade referida na cláusula invocada, o qual, em última análise, terá que garantir a equivalência conceptual entre “monitor” + “preto” e “um monitor preto” como instâncias da forma “unidade básica”. A não ser assim, talvez se verifique que o *investimento* realista em classes, propriedades e relações seja mais rentável... Por outras palavras, exige-se um critério que se reporta à resposta da pergunta por aquilo com que se tem que contar – mencionado isto

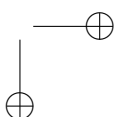
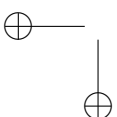


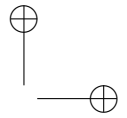
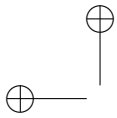


pelo adjectivo “básica” – numa petição de princípio da análise lógico-linguística perante a questão do que há. Julgo assim que esta análise se *precipita* sobre as estruturas de recorte em uso – a do português, a do swahili,... – numa ingenuidade que apenas será resgatada *mediante* um desvio prévio como o que introduziremos no parágrafo 4.1.

As duas considerações anteriores revelam que a pergunta pelo que há, pelo que é o caso... suspende qualquer roldana múltipla independente por meio da qual possamos, já não mover o Universo como pretendia Arquimedes, mas recortá-lo. Com efeito, ao se colocar essa pergunta suspende-se *qualquer* recorte, ou elemento isolado do universo do que seja o caso. Mas, porque precisamente quando se suspender qualquer instância deste universo também a forma de haver – o critério de construção do conjunto do que propriamente haverá – fica suspensa, o sentido da pergunta entra em causa: ao se duvidar de tudo o que possa haver – na pergunta pelo que há – abre-se simetricamente a dúvida sobre o significado desse predicado – numa pergunta pelo *haver* disso – que seria satisfeito pelo que assim foi suspenso. O que a pergunta pelo que há coloca em causa é pois não só o do haver de qualquer subconjunto do universo, mas ainda o significado, e o critério de aplicação, de toda a família de palavras de “haver” (“há”, “hão”, “houve”,...).

A impossibilidade de alguma roldana independente impede porém qualquer das duas definições clássicas de palavras como essas. Por um lado, uma *definição explícita* constituiria um mero truque verbalista. Isto é, reduzir esse significado ao de termos ou expressões que se presumam já esclarecidos, ou deduzir o primeiro a partir dos segundos mediante regras igualmente presumidas, presuppõe que quaisquer destes outros termos tenham facultado a construção de *algum* conjunto do que se substitua ao nada. Mas temos estado a usar aqui expressões como “haver”, “ser o caso”, “contar com”... como critérios para essa construção – daí aliás o cuidado que tenho tido em alternar aleatoriamente entre elas – e não já



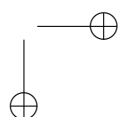
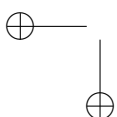


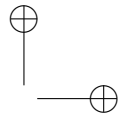
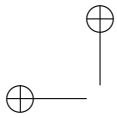
como expressões finais do que compoñha tal conjunto. Se alguém preferir algum outro termo use-o, mas, uma vez que este expresse a condição substituir a vacuidade, o problema permanece o *mesmo*.

Por outro lado, uma definição *implícita* – em conformidade aos enunciados e contextos em que o termo vai sendo usado – seria circular (ainda que na direcção inversa) como a análise lógico-linguística. Pois qualquer descrição do que se der, numa sua redução fenomenológica precisamente apenas a esse seu estatuto de *dado* sem qualquer presunção sobre a sua condição de “haver”, em função de algum patenteamento desta última presumivelmente satisfeita por todos aqueles fenómenos, pressupõe os instrumentos conceptuais implicados no recorte daqueles dados *como* tais. Ou seja, se uma resposta analítica assumiria uma estrutura linguística, presumindo que as expressões do que há se lhe reduziriam, inclusivamente para justificar aquela primeira assunção, uma resposta fenomenológica assumiria umas quantas descrições, presumindo que estas patenteassem uma sua condição geral, inclusivamente para justificar essas outras assunções iniciais.

Requerendo-se algum significado da família de palavras ou expressões como “há”, “é o caso”,... mas sem se poder implementar aqui respostas empírico-indutivas, analíticas, nomológico-dedutivas ou fenomenológicas como as atrás apontadas, resta, penso, a construção *especulativa* desse significado. A saber, perante esse mútuo obstáculo entre um universo *sempre* a substituir-se ao nada, de um lado, e a permanente suspensão de qualquer conjunto desse universo, do outro lado, é a partir deste *problema* mesmo que resta reflectir, como num jogo de espelhos (lat. *speculum*), sobre os factores que o constituem (ao problema) em ordem ao desenvolvimento duma sua resolução.

Adoptando então a terminologia e o esquema resolutivo de George Polya (1945) para introduzir as páginas que se seguem, começaremos por tentar *compreender* esse problema, para depois *elaborar* um seu programa de resolução, em ordem a uma ulterior *execução*



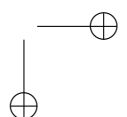
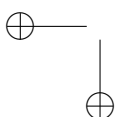


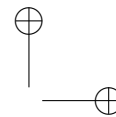
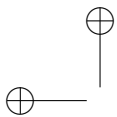
deste último e enfim à *avaliação* do resultado obtido (conferindo se responde ao problema original). O propósito a que convido a leitora é o de trabalharmos os primeiros dois momentos desse processo. Procuraremos formular um programa de resposta às perguntas que abriram esta secção, mas sem avançar já algum passo deste programa. Concretamente, tentaremos compreender o problema do que há (na próxima secção) mediante um levantamento dos seus dados, de modo a formularmos (na secção 3) os termos que ali estejam por resolver. A radicalidade do presente problema abrirá aí porém uma dificuldade que obrigará a uma retomada dessa formulação (secção 4), antes de avançarmos para a *igualização* desses termos e operações àquilo que será o caso (secção 5). Ou seja, para uma “equação” do problema original⁴. Concluiremos (na secção 6) com uma síntese do movimento especulativo precedente, e uma referência a duas questões colaterais de um equacionamento.

2. O problema do que há – ou do que “acontece”

Creio que um bom meio para se implementar uma construção especulativa de “haver”... será o choque de culturas em casos que todas reconheçam serem os *mesmos*, ao ponto do estabelecimento de uma destas abordagens excluir as restantes – Peter Van Inwagen (2002: 19-21), por exemplo, também introduz o seu périplo pelas actuais concepções de “the way the World is” com o reconhecimento da concorrência de múltiplas concepções. Penso que este

⁴ “Equação” significa ou uma expressão do que acontece, ou um mero instrumento útil para se intervir nos acontecimentos. Só o desenvolvimento conceptual poderá especificar o sentido deste conceito que, no seu actual uso, resta bastante indeterminado – representa ainda apenas uma intencionalidade de menção e não tanto já uma denotação precisa. Sobre as definições explícitas logo de “problema”, e depois de “concepção” e “acontecimento”, v. Machado (1977).

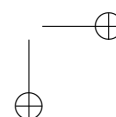
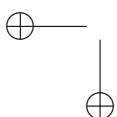


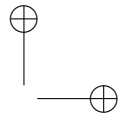
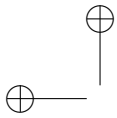


será um bom meio pois, num primeiro passo, apenas se assumem assim as *negações mútuas* de diversas afirmações daquilo que há, quebrando tanto a circularidade quanto o verbalismo implicados em afirmações positivas. Todavia até esse momento – no qual se verificará a relatividade linguística mencionada a propósito do sentido de “arroz” – não ocorrerá ainda um problema, pois se qualquer resposta às nossas perguntas iniciais é equivalente às eventuais alternativas então qualquer delas será aceitável como se fosse única. Ao contrário, quando se verifica uma convergência da diversidade numa singularidade, para de algum modo se desenvolver uma abordagem a esta última em detrimento das outras, nega-se também aquele contingencialismo ou relativismo absoluto, e o problema torna-se incontornável. Só a partir deste segundo passo é que caímos naquela situação delicada que mencionei atrás, e que nos move a um equacionamento desse problema radical.

Para facilitar o dito “jogo de espelhos” – que aliás resta na equívocidade própria a uma expressão metafórica – exemplificarei o choque de culturas com um caso-de-estudo... adiando a reflexão sobre a validade dessa exemplaridade como a Tartaruga de Lewis Carroll (1895) o fez sobre as ilações em geral noutra competição com Aquiles além da corrida⁵. É relevante que consiga descrever esse caso-de-estudo de forma neutra em relação às abordagens que

⁵ Carroll realçou – com uma graça que apenas posso recomendar! – que dadas certas premissas para uma eventual inferência, se também se colocam em questão as regras inferenciais de modo que se tem que estabelecê-las numa nova premissa, entra-se numa remissão ao infinito que impede aquela inferência. E aliás que regras seriam essas? Nomeadamente, respeitariam o princípio da bivalência que os lógicos platônicos postulam, ou enjeitá-lo-iam na linha construtivista?... Esta última oposição teórica decorrerá das alternativas que aponto no parágrafo 4.1 a partir da compreensão do problema que começo agora a esboçar, logo, se assumisse já alguma dessas posições lógicas, estaria a pressupor um dos resultados que viremos a pretender serem possíveis. Se o uso deste caso-de-estudo nos levará a bom porto, no fim veremos. De momento confesso que não vejo que maior razão poderá substituir a mera esperança a que estas pequenas razões apelam... e àqueles de nós que não logramos cumprir essa esperança,



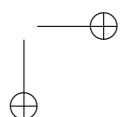
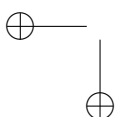


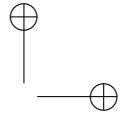
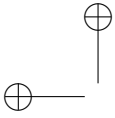
nele convergem, de outra forma esta especulação poderá padecer aqui de circularidade – deixo ao juízo da leitora se o terei conseguido. Depois de reconhecermos a presente problematidade mediante esse caso-de-estudo, analisá-la-emos já em geral no terceiro parágrafo desta secção, isolando os componentes que aí se contrapõem. Nessa base poderemos depois, na secção 3, começar a construir os conceitos com que enfrentaremos as nossas perguntas iniciais.

2.1. O caso das *balas* na região dos Dembos

Em Março de 1961 a União dos Povos de Angola lançou uma série de ataques a fazendas e postos administrativos em toda a região dos Dembos (ao norte da então província ultramarina portuguesa). Os ataques foram efectuados por nativos equipados basicamente com armas brancas, os quais carregaram sobre colonos e funcionários gritando que os projecteis das armas de fogo destes últimos eram feitos de *água*, ou que os amuletos que traziam lhes *fechavam* os corpos às balas (v. Felgas, 1962: 120). Depois de um sucesso inicial concomitante à surpresa dos ataques, assim que as poucas tropas coloniais disponíveis e algumas milícias civis reagiram (usando as armas de fogo no suposto de que as balas não dependem de magia...) a região foi pacificada, com muitas baixas entre os nativos. A revolta só foi reiniciada no ano seguinte. Mas com armamento soviético e mediante apropriadas tácticas de guerrilha. Tendo-se então prolongado durante treze anos numa guerra que, juntamente com conflitos similares em Moçambique e Guiné-Bissau, terminou com a revolução democrática de 1974 em Lisboa

bem, sempre resta o conselho que o autor de Alice nos deixa naquele artigo de 1895: dediquemo-nos ao futebol!



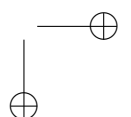
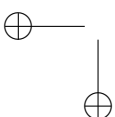


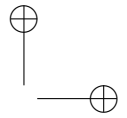
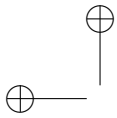
e o conseqüente reconhecimento português da independência das colónias.

2.2. Reconhecimento do problema do que *houve* no caso das balas

Como esses comportamentos bélicos denunciam, no início da guerra colonial portuguesa e nativos angolanos constituíam-se a si próprios e reciprocamente – em relação à sobrevivência e condições políticas – num confronto condicionado por algo que cobria a distância entre as chamadas “armas de fogo” e os respectivos alvos. Com efeito, o que quer que uns e outros entendessem por expressões como “poder colonial em Angola”,... com as quais caracterizavam a política nesse território no início dos anos 1960’s, os respectivos comportamentos denotam que consideravam ser essa política condicionada por “balas” – o que quer que uns e outros entendessem por este termo. Obrigavam-se portanto a contar com algo que, assim, seria aí o caso. Este é o primeiro dado a considerar na questão do que há: sempre que não é possível não se contar com algo, isso há – ou sempre que algo se faz contar a um outro, ambos são o caso.

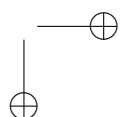
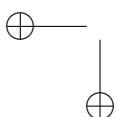
No entanto, por um lado, uns e outros não reconheciam o mesmo sentido nas palavras que usavam para mencionar o que seria ali o caso. Os portugueses usavam a palavra “bala” para recortar algo cuja caracterização será endógena e constante, com qualidades como a rigidez, forma pontiaguda, etc., e que cobrirá aquela distância segundo energias – nomeadamente a cinética – que condicionarão qualquer corpo móvel. Diremos assim que as *balas* participam de um conjunto fisicalista, ou mecanicista. Já a expressão nativa correspondente (da qual não tenho informação) – isto é,

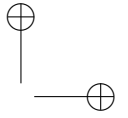
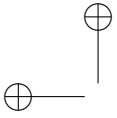




aquela que seria usada pelos angolanos sempre mas tão-somente nas circunstâncias em que os portugueses usassem a palavra “bala” – mencionaria algo capaz de ser metamorfoseado e/ou de se metamorfosear. Sendo equiparável aos seres vivos, diremos que a sua referência participará de um conjunto animista. Em suma, choques culturais como este, ou como os que mencionámos no início, revelam a contingência de quaisquer recortes ou delimitações daquilo que há, a qual se constitui como o problema ao menos da falta de necessidade, ou segurança, que caracterizam um estabelecimento unívoco do que haja.

Por outro lado, no nosso caso-de-estudo, os comportamentos de ambas as partes assinalam que esses dois casos – o da bala-fiscalista e o da bala-animista – não podiam ser estabelecidos em paralelo. Tinham antes que convergir em alguma singularidade. Isto tornou-se evidente quando, no fim de 1961, ambas as partes se confrontaram em relação ao “poder colonial” – os portugueses mantinham-no, os nativos haviam falhado o seu derrube. Portanto os primeiros mantiveram o seu comportamento. Mas os segundos tiveram que optar entre desistir da sua pretensão à “independência política”, ou comportar-se segundo balas-fiscalistas – pois a alternativa seria experimentar a “morte”, e, fosse qual fosse o significado nativo destas outras expressões, o *comportamento* dos nativos *mostra* que elas não seriam compatíveis (pelo menos mostra que não acreditariam na possibilidade da *morte* de uns quantos guerreiros na mata africana forçar a mão do Doutor Salazar em Lisboa na questão da *independência* dos territórios ultramarinos... no que me parece que teriam muita razão). Por outras palavras, se a delimitação fosse absolutamente contingente, tanto se poderia atribuir a um projectil a qualidade de retirar ao corpo alvejado a sua mobilidade, como a qualidade de se lhe poder suspender (magicamente) a interferência neste último. O que se verifica, porém, é que, pelo menos em alguns casos, algumas atribuições têm consequências diametralmente opostas no universo em que fazem e sofrem a difer-

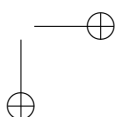
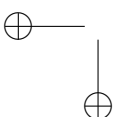


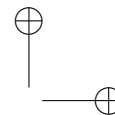
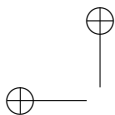


ença: umas facultam os acontecimentos posteriores que visam; outras não só não os facultam, como se tornam elas próprias insustentáveis – ex. a atribuição, pelos nativos, da qualidade de se *liquefazer* às balas facultou a morte a muitos dos seus guerreiros, e sem estes (uma vez que morressem todos) aquela atribuição não seria mais feita. A insustentabilidade de mais do que uma das considerações alternativas sobre o que há num mesmo contexto obriga então à escolha de uma só das delimitações que aí se confrontam⁶. Assim se confirma o problema antes sugerido.

Note-se que (neste caso-de-estudo) a escolha se processou como uma convergência a alguma singularidade que cobria a distância entre as armas e os seus alvos, nomeadamente por parte dos nativos quando optaram pela guerrilha moderna, os quais *terão* assim considerado algo que transcendia o conjunto animista de que originalmente participavam. Isso naturalmente não significa que tal singularidade fosse idêntica à delimitação enfim assumida – as “balas” dos colonos. Pois se os portugueses usaram as armas de fogo desenvolvidas segundo uma explicação do movimento dos projecteis que não supõe qualquer estado físico natural (um repouso absoluto), antes de Galileu os promotores das catapultas explicavam

⁶ Numa análise paralela a esta, Zoltán Gendler Szabó (2003) mostrou que é possível não se acreditar-em (*belief-in*) certas coisas ainda que se acredite-que (*belief-that*) algo ali será o caso. Este autor avançou o exemplo da “serpente marinha” que muita gente acreditava (até justificadamente) ser o caso, pese embora os mais avisados não acreditassem *numa* (*em+uma*) sua classificação como réptil. Lembro-me a propósito desta passagem duma conversa com John Chapman (quando o exemplo das *balas angolanas* me ocorreu): se o chamado “segundo Wittgenstein” tivesse sido contratado como conselheiro militar dos rebeldes angolanos, perante o regresso dos sobreviventes da primeira leva de guerreiros derrotados, voltaria o filósofo anglo-austriaco a recomendar que formulassem o sucedido, e consequentemente agissem conforme as crenças (animistas) que lhes eram imediatas? E se o fizesse, manteria ele o emprego de modo a ganhar dinheiro até para *poder continuar* a filosofar, ou acabaria por se tornar num sem-abrigo que, sem a civilização negada pelo seu discurso, não teria sequer o lixo e os vãos de porta que lhe permitiriam continuar vivo e assim a discursar?





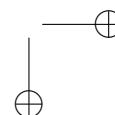
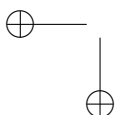
esse movimento pelo influxo da força que se contraporia a um horror dos corpos pelo vazio; é assim plausível que um dia se possa explicar fisicalistamente a projecção das balas melhor do que hoje. Em todo o caso assinala-se alguma convergência, o que significa que é possível resolver, ainda que porventura sempre provisoriamente, o problema exemplificado por esse choque cultural sobre os projecteis de armas de fogo.

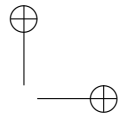
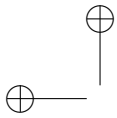
2.3. Os componentes do que *acontece* enquanto tal e a *conceptualidade* de uma sua resolução (uma distinção entre “realidade” e “fantasia”)

Experimentemos agora determinar mais exactamente, mas em geral, aquilo que nesse problema do que há enquanto tal, por se não encontrar resolvido, precisamente o gera – segundo o que reconhecemos no caso-de-estudo.

Desde logo o problema surge com a impossibilidade de se não contar com algo, em conjugação com a negação de qualquer delimitação imediata e simples daquilo com que precisamente se tenha que contar. Voltando ainda ao exemplo do caso-de-estudo, o que havia era aquilo que destruía um contexto auditivo – pelo súbito estampido da explosão no disparo – que destruía a integridade física e a correspondente mobilidade daqueles a quem a arma fora apontada, etc., assim como havia tudo isto que fazia a diferença para o projectil – interrompendo-lhe o movimento, amassando-lhe a forma... Algo, portanto, que interfere com uma situação contextual, ou seja, que *faz a diferença*. Numa palavra, algo que “acontece” (o prefixo “acon-” significa cortar-com...).

Por outro lado, a diferença feita é sempre *alguma* que não outra – ou bem que os corpos alvejados tombavam, ou bem que ficavam



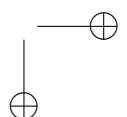
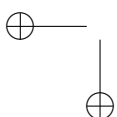


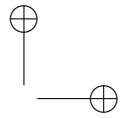
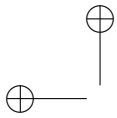
num estado para o combate equivalente ao de “molhado”. O que faz a diferença sofre pois alguma limitação que o condiciona a fazer essa e não outra diferença.

Como componentes do nosso problema temos assim o que quer que faculte o fazer de qualquer diferença, e o que quer que delimite as diferenças a fazer. *Recebidos* esses componentes, falta agora *contê-los* numa relação que os logre resolver na “concepção” do que acontece, do que faz as diferenças que se verificam.

Antes de formular essa concepção façamos porém um ponto da situação a que chegamos. Em primeiro lugar, reduzimo-nos a um âmbito mais circunscrito do que o das interrogações iniciais, o do *acontecimento* – sendo plausível um uso de “haver” para algo que não tenha feito qualquer diferença, não se pode porém fazer a diferença sem se ser o caso. Condicionamo-nos assim a conceber o que há enquanto capaz de fazer a diferença (será aliás de perguntar se há algum interesse em concebê-lo para além disso). Segundo, o primeiro passo dessa concepção será o de formular isso que acontece na sua capacidade de fazer a diferença, por um lado, e na delimitação que o condiciona a fazer as diferenças que faz e não outras, por outro lado. Mais precisamente, a equação do que acontece será pois constituída pela igualização de uma incógnita que menciona o que todavia se tem que contar – num membro – a quaisquer termos que mencionem aquela capacidade de fazer a diferença e aquela sua delimitação, mais a operação (ou operações) que os resolvam nos dois passos em que o problema se gera e se complica (v. relatividade linguística e convergência em singularidades) – no outro membro.

Virá a propósito introduzir aqui em conformidade a diferença entre o que acontece, chamemos-lhe “realidade”, e o que apenas parece acontecer, as “fantasias”: estas últimas constituir-se-ão como condicionadas por algo cujas propriedades não se relacionam à do tipo de casos a que elas próprias essencialmente se reportem – por exemplo, só neste estatuto é que a referência da expressão



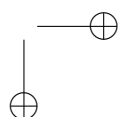
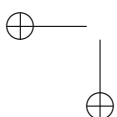


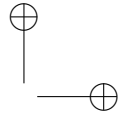
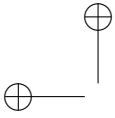
“ser atingido por um tiro” facultará ao respectivo sujeito um súbito despertar na sua cama sem qualquer rasto de bala, de tal modo que, após o primeiro susto, a pretensa vítima possa estabelecer aquela vivência como uma fantasia, e regressar ao sono dos justos. “Reais” serão pelo contrário os casos cujas inter-relações se cumprem em correspondência às respectivas essências – após o tiro ocorre a dor, eventualmente uma infecção, ou a morte, em alternativa uma cicatriz...

3. A disjunção estratégica – dois *projectos conceptuais*

Depois da anterior compreensão do problema, para o programa de resolução em geral precisamos de escolher termos que mencionem directa e exclusivamente – isto é, sem pressuposições⁷ – a capacidade de fazer a diferença e a delimitação do que as condiciona. A operação conceptual que com eles comporá a equação desse problema será depois abordada no segundo parágrafo, surgindo então a dificuldade – atrás assinalada na secção 1 – que tornará conveniente o desenvolvimento da secção 4 antes de, na secção 5, regressarmos ao objectivo do equacionamento do problema inicial.

⁷ Penso assim que será contraproducente usar expressões como “acreditar-que” e “acreditar-em” que cito na nota anterior, pois se porventura mencionam o que acontece, respectivamente na sua faculdade de fazer a diferença e nos seus limites, essas expressões servem-se para isso do acto de “acreditar”, nas intencionalidades mencionadas pelas preposições “que” e “em”, as quais pressupõem alguma instância que as distinga, relativizando assim os objectos de crença a essa estrutura básica da crença. Ao pressupor tal instância ou estrutura, creio que a utilização de expressões como essas implica uma negação da própria dificuldade que se visa ultrapassar – nesse caso, assumindo a resposta reducionista que apontaremos nos parágrafos 3.2.iv e 4.1.





3.1. Termos para a equação

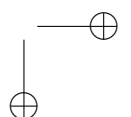
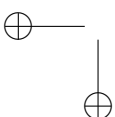
Que eu conheça, a disciplina que tradicionalmente tem logrado aquela menção directa e exclusiva feito é a metafísica, com os termos “ser” e “essência” respectivamente para a capacidade de fazer a diferença e a delimitação do que as condiciona. Tomá-los-ei assim para conceber o que quer que aconteça enquanto tal. Em conformidade usarei “ente” para mencionar isso que, por satisfazer aqueles dois predicados, acontece.

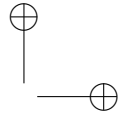
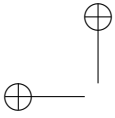
O significado que lhes *poderá* ser reconhecido aqui, porém, é tão-somente o que decorre da intencionalidade prática com que estão sendo assumidos, e do modo como doravante serão usados – ou seja, por exemplo “ser” significa ainda apenas o que quer que, de alguma maneira que falta determinar, facultará o exercício da diferença seja esta qual for. É apenas no decurso da reflexão que esses significados se poderão definir.

3.2. Da(s) estratégia(s) resolutiva(s)

Para encetar a concepção precisamos de algum modo de relacionar a cada ser uma essência que cumpra a concepção do ente que tenha aí feito a diferença. Começemos por enquadrar essa relação segundo os seus objectivos conceptuais, para depois determinarmos a estratégia que os cumprirá.

Desde logo a ordem da relação não é aleatória: não se *faz* a diferença, não se *é*, sem que precisamente se faça *alguma* diferença – o ser requer portanto uma essência. Mas em troca a requisição inversa não se verifica, pois encontram-se essências às quais não corresponde qualquer ser – isto é, nenhuma diferença é feita em conformidade a elas, são as ditas fantasias. A relação conceptual

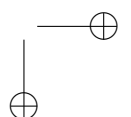
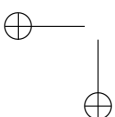


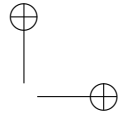
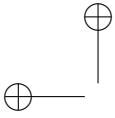


é pois orientada do que quer que chamemos “ser” para o que quer que chamemos “essência”. O nosso primeiro objectivo será o de cumprir essa correspondência de uma essência a um ser.

Entretanto a operação de relacionamento depara-se com conjuntos de essências alternativas, de entre as quais a operação conceptual terá que escolher alguma. Como o nosso caso-de-estudo ilustrou, cada essência pode revelar-se afinal como um determinado *conjunto* de essências alternativas, no seio portanto de uma *família de conjuntos* essenciais (sobre a linguagem da teoria dos conjuntos v. Lipschutz (1967), sem esquecer a restrição aqui imposta na nota 1) – a saber, a família que (*grosso modo*) contém os conjuntos *bala* = {bala-animista, bala-fisicalista,...}, *símbolo* = {símbolo-mágico (amuleto), símbolo-fisicalista,...}, *líder* = {feiticeiro, oficial de exército regular,...}, etc.; as primeiras essências mencionadas em cada um destes conjuntos participam de um conjunto que chamámos “animista”; perante uma tal família de conjuntos, a concepção de uma bala requer pois a escolha de um dos elementos do conjunto *bala*, compatível com os elementos a escolher em cada um dos conjuntos de essências de entes que farão e sofrerão diferenças com as balas, como a de amuleto, feiticeiro, etc.

Além portanto da primeira relação entre o ser e a essência em cada ente, surge uma relação entre a família de conjuntos essenciais e um outro conjunto que será constituído por uma essência de cada conjunto daquela família. Levando um pouco mais longe o uso desta linguagem, diremos assim que um segundo objectivo conceptual é o de implementar uma *função de escolha* que, a cada conjunto de essências alternativas, faça corresponder apenas uma delas, mas escolhendo-as de tal modo que estas possam *mesmo* ser reunidas em algum conjunto, isto é, que as diferenças feitas de acordo com umas, assim que correspondam ao ser, não inviabilize que as restantes lhe correspondam também – ex. a escolha





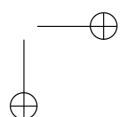
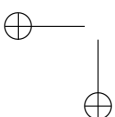
de “feiticeiro” inviabilizou que se fizessem as diferenças próprias a “independência”.

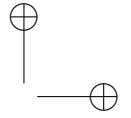
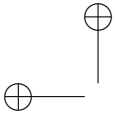
Nesse quadro, tentemos agora determinar a estratégia de cumprimento desses dois objectivos conceptuais. Num problema radical como o nosso, porém, essa estratégia torna-se ela própria problemática. Com efeito, normalmente uma operação entre elementos de conjuntos partirá da definição destes elementos. Mas no nosso caso “ser” e “essência” não têm ainda qualquer significado além das intencionalidades de mencionarem, respectivamente, o que quer que faculte o fazer de qualquer diferença, e a delimitação que condicione as diferenças a fazer. Então logo o nosso primeiro objectivo conceptual pode ser visado segundo duas estratégias distintas:

μ) A de se definir um e o outro termo autonomamente, para a partir dessas definições originárias, no entanto, se fazer decorrer alguma estrutura em cuja base seja possível articular aqueles dois conceitos de modo a se conceber enfim aquilo que há – o ente. Uma vez que este conceito se reduz aos dois primeiros e às regras articuladoras, chamarei aqui “reducionista” a esta estratégia (assinalada pelo índice μ (do gr. *méion*, reduzir)) – sem um necessário compromisso porém com cada outro uso deste termo⁸.

α) E a estratégia de se remeter cada definição para a outra, numa reciprocidade de respostas às insuficiências noéticas próprias, de modo que o ente será concebido no seio deste jogo – emergindo

⁸ Como pelo Nobel de física Robert Laughlin (2005: 207, 208): “The conflict between these two conceptions of the ultimate – the laws of the parts and the laws of the collective – (...) represents the tension between two poles of thought (...) I think a good case can be made that science has now moved from an Age of Reductionism to an Age of Emergence”. Se o presente uso de “reducionismo” e “emergentismo” poderá ser desenvolvido segundo contribuições como essa da física, e se poderá contribuir para o desenvolvimento destas, é o que importará aferir sobre o modelo de equações que aqui proponho.

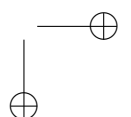
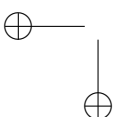


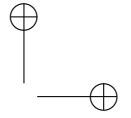
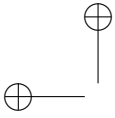


ao longo deste. Por essa razão usarei o nome “emergentista” (assinalado pelo índice α (gr. *anabápto*, emergir)).

Por outras palavras: uma vez que se apresenta mais do que um termo a relacionar, verifica-se concomitantemente o contexto desta relação, composto por cada termo e o seu outro. Por conseguinte a definição tanto pode (μ) isolar esses termos, e partir deles para o contexto relacional, como pode (a) considerá-los logo no seio deste último. De forma que, no primeiro caso, obteremos dois conceitos elementares, perfeitos ou acabados em si mesmos, dos quais (mediante a requerida estrutura) resultará um terceiro, o de ente. Ao passo que no segundo caso “ser” e “essência” não constituirão *de per si* conceitos – precisamente porque nas suas imperfeições não subsistem por si – mas antes *momentos noéticos* do conceito de ente.

Em conformidade doravante teremos de considerar duas, e não uma, acepções do par desses termos originários. Este reconhecimento obriga-nos a remontar à sua escolha (parágrafo anterior), num duplo recomeço consoante se lhes atribua o significado que corresponderá a uma estratégia definidora ou o significado que corresponderá à outra. Ou seja, a concepção do que há projecta-se em dois desenvolvimentos metafísicos possíveis, cindindo-se numa disjunção de *projectos conceptuais* prévia a qualquer momento ulterior destes. Ensaaiemos então os primeiros momentos destes desenvolvimentos até balizarmos essas duas concepções do que há enquanto tal.





4. A disjunção metafísica: reducionismo versus emergentismo

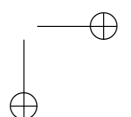
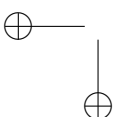
4.1. Reduccionismo metafísico e esquemas conceptuais

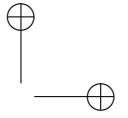
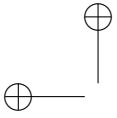
Segundo o que antecede, a estratégia conceptual reducionista (μ) progredirá em três momentos: *i*) o das formulações, autónomas, de “ser” e “essência” como conceitos perfeitos; *ii*) o da decorrência de alguma estrutura articuladora, em cujo seio se conceba o ente, e que assim subjazerá a estes últimos; e *iii*) o dessa concepção do ente como tal.

i) Definido apenas por si mesmo, de modo a se caracterizar pela incontornabilidade do que satisfaça tal predicado por parte dos respectivos outros (fazendo assim o primeiro a diferença em relação a estes últimos), penso que “ser” significará qualquer coisa como uma *autoco incidência* – num reforço de si mesmo por um próprio – daquilo que acontece, pela qual isto se confirma na negação da sua vacuidade. De qualquer modo, o resultado conceptual será o de uma *pura posicionalidade* (para que esta não reste gratuita, nem surja derivada de algo mais original, é que avancei a ideia do movimento autoco incidente) contraposta à pura vacuidade.

Por sua vez “essência”, como qualificação perfeita que condiciona o ente a fazer as diferenças que faz e não outras, deverá ser concebida como uma *singularidade monolítica*, isto é, um conjunto acabado de pelo menos uma qualidade, pelas quais cada ente se distingue de outros entes que, precisamente deste modo, são *outros* que não ele.

Todavia a qualificação essencial do que faz a diferença tanto



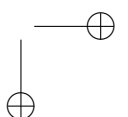
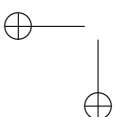


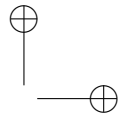
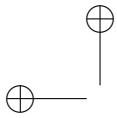
pode ser ultimamente reduzida ao que o condiciona a fazer o tipo de diferenças que faz, a “forma”, como ao que *puramente* o distingue ou separe do que quer que faça outras diferenças de uma mesma forma, a “matéria” (v. Aristóteles, *Metafísica*: VIII) – ex. as qualificações que identificam “espingarda” e “bala” em geral, ou as qualificações que distinguem entre si os elementos de cada um destes conjuntos. No momento *iii* apontarei a consequência conceptual que vislumbro nesta disjunção essencial.

ii) Entretanto, quer no movimento conceptual de autoco incidir, quer nas delimitações de uma posicionalidade ou de qualquer essência por contraposição ao que não lhes for próprio, as concepções anteriores desenvolvem-se em movimentos reflexivos – de si a si próprios mediante uns respectivos outros. Implicam assim alguma estrutura *reflector*a que lhes devolva o que lhes cabe, consolidando-os conceptualmente nos respectivos acabamentos ou totalizações.

Sem outra caracterização inicial além dessa faculdade reflectora ou reconhecedora, tal estrutura restará idêntica num caso e noutro. Ela abarcará assim tanto o ser quanto a essência. Deste modo, além da primeira mediação de cada conceito originário, ela oferece-se como mediadora entre eles, em ordem à concepção do ente que ambos compõem. Ou seja, é numa tal estrutura que se deverá determinar o modo de relacionar o ser a cada essência, incluindo o modo de escolher esta última sempre que isso for necessário.

Aproveitando a sugestão etimológica, os entes assim concebidos como que jazem (lat. *jaceo*) sobre uma tal estrutura, a qual deste modo se encontrará sob (lat. *sub*) tudo o que é posto. Ou seja, mediando duplamente o ser e a essência teremos uma “subjectividade”. Simetricamente, os entes que assim ficam postos face a ela, ou se lhe opõem (lat. *ob*), constituem-se como seus “objectos”. A determinação de uma subjectividade e do correlativo objecto como tal constitui um *esquema conceptual* segundo o qual





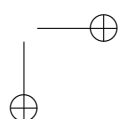
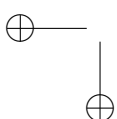
se isolará enfim tudo o que for o caso – ou mediante o qual se recortará o universo do que há, respondendo-se por esta via às nossas perguntas iniciais.

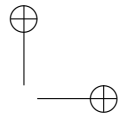
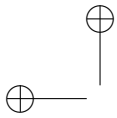
Tenho ideia de que esta estratégia tem sido historicamente implementada, numa versão forte, logo segundo a *origem* da projecção subjectiva de quaisquer objectos, por monismos como o idealismo absoluto⁹. E, numa versão fraca, segundo quaisquer estruturas subjectivas que os possam *delimitar essencialmente* ainda que não os gerando, como penso ser o caso das obras que se inscrevem na revolução copernicana, desde a própria *Crítica da Razão Pura* até quaisquer análises formais e/ou pragmáticas da linguagem – como a atrás mencionada proposta de decisão entre realismo metafísico e nominalismo segundo os usos da linguagem e respectiva legitimidade lógico-sintáctica – passando por propostas conceptuais na periferia da Modernidade, como o *tomismo transcendental* de Joseph Maréchal (1944).

iii) Por si mesmo (sem referência pois à estrutura mediadora) e voltando às sugestões etimológicas, poderá dizer-se que se concebe assim o ente como aquilo que está firme (lat. *stare*) perante posições outras ou fora (*ex*) da sua, numa palavra, como “ex-(s)istente”.

Se porém a perfeição a que se reduz, do lado da essência, for a da *forma*, o ente será concebido como uma singularidade que absolutamente se esgota em si mesma e assim difere de todas as outras – como a essência de solidez, de forma pontiaguda, etc. Esta é

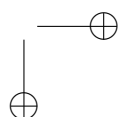
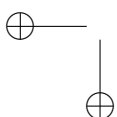
⁹ Creio que uma boa introdução contemporânea às questões metafísicas, ainda que pessoalizada e não constituindo um manual (mas apontando sugestões de leituras mais desenvolvidas), é o já referido Van Inwagen (2002). Particularmente o clássico de Willard Van Orman Quine “Sobre o que há”, que abre o atrás referido Branquinho (org., 1990: 21-39), mas também a Introdução de Strawson (1959), aqui citado na secção 6, também virão a propósito – até porque propõem abordagens alternativas a esta minha.

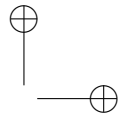
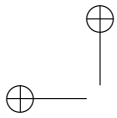




a resposta “realista” à pergunta pelo que acontece: o que acontece, propriamente, são formas. Se, depois, algumas diferenças forem feitas no seio de alguma forma, serão ainda concebidos entes “materiais” que, como Platão (*República*: VII) formulou, *participam* da essência de bala. Finalmente, se algumas diferenças forem feitas no seio de cada ente material – como no contorno de uma bala antes e depois do impacto – estes podem ser concebidos como *substâncias* formais perfeitas com qualidades, eventualmente algumas *acidentais*, correspondentes a essas diferenças circunstanciais (Aristóteles, *Metafísica*, VII), ou como *substratos puros* que suportem depois quaisquer qualidades, ou como meros *feixes* de qualidades formais reunidas por contiguidade, etc. Em todo o caso persistem como *identidades numéricas*, isto é, como coincidindo consigo mesmos em todas as partes (substanciais) desde a sua posição até à sua deposição – este modo de persistir é chamado “endurar”.

Se, pelo contrário, a redução essencial se reportar à diferenciação ou à identificação como tais, a saber, face ao que for outro como tal (diferença espacial) ou face a um mesmo ultrapassado ou projectado (diferença temporal), o ente será radicalmente *material*. Esta tem sido a resposta “nominalista” à pergunta pelo que acontece, segundo a qual quaisquer comunhões gerais são extrínsecas aos entes, constituindo-se portanto como meros *instrumentos* contingentes da respectiva concepção. Em conformidade, sejam substâncias ou feixes de propriedades, não se identificarão à revelia do espaço e do tempo. De modo que se estes entes fizerem a diferença sobre si próprios – isto é, se evoluírem sucessivamente – não podem ser numericamente idênticos, antes persistirão mediante a reunião das sucessivas posições dessas qualidades. É dito então que “perduram”. Em todo o caso cada uma destas posições tem que ser numericamente idêntica, ou não constituiria uma autocoincidência. Julgo pois que o perdurantismo reducionista implica átomos endurantes. Os quais no entanto apenas comporão uma essência

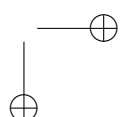
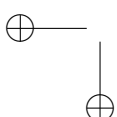


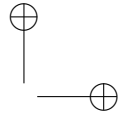
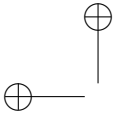


singular se forem reunidos segundo o mesmo esquema conceptual – de outro modo pertenceriam a diferentes entes.

Independentemente desses desenvolvimentos realista ou nominalista, esta concepção do que há, do que é o caso... como *existentes*, ou como *objectos* de alguma *subjectividade*, afigura-se fundar determinações particulares dos entes como a da interpretação de Copenhaga da mecânica quântica, que postula uma subjectividade projectante das partículas sub-atômicas (v. Gruszow, 2008). Como a da teoria materialista ou fisicalista da mente, que explora o postulado de que quaisquer estados mentais se podem reduzir a certos elementos e operações, no caso electro-químicas (Harad, 2001). Como a da teoria clássica da economia, que implica uma racionalidade ponderativa subjacente a quaisquer escolhas (v. Botelho, 2004). Etc.

Se assim for – se inversamente as teorias científicas se *comprometem* com metafísicas particulares – então, a rigor, nem se verificam concepções metafísicas e concepções científicas, mas sim concepções físicas, neurológicas, económicas... que se desnivelam, internamente, entre um *passo* metafísico e outro científico, sendo que o primeiro passo se pretende transversal a diversas concepções (estruturando a mesmidade das respectivas referências como nas concepções física e económica de *uma* bala). Será assim se as teorias ditas “científicas” implicarem opções prévias “metafísicas”. De modo que o afinamento, o desenvolvimento, e a criação dessas concepções deverão ocorrer então num vai-vem entre esses dois níveis, sob porém o *projecto*, no seio da estratégia reducionista, de postular alguma subjectividade e de conceber os entes como *existentes* – assim, por exemplo, mesmo a *materialidade* a que se reporta o conceito de *conhecimento empírico* tão caro à ciência, é previamente concebida como tal. Estas são questões que ultrapassam no entanto estes dois momentos da resolução do problema do que há que aqui estamos a trabalhar. Importa apenas assinalar que o modelo de equações a que chegaremos se dispõe a constituir-se



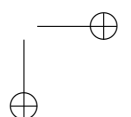
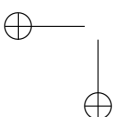


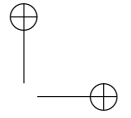
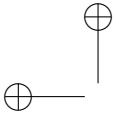
como um recurso radical de resolução de dificuldades conceptuais que se mantenham aporéticas nos quadros específicos de cada teoria particular – primeiro, no seio da metafísica com que essa teoria se comprometa, depois, experimentando uma concepção alternativa mediante a outra estratégia – obrigando-se também a atender os resultados científicos. (O cumprimento desta disposição poderá ser um aspecto a desenvolver na questão do critério metafísico que apontaremos na secção 6).

4.2. Emergentismo metafísico e realismo epistemológico

Ser e essência correspondem-se directamente (α) se se formular o fazer de qualquer diferença mediante a delimitação do que a condiciona, e se esta delimitação não for formulável à revelia do momento anterior. Ou seja, com o ser a requerer alguma essência, e esta a esboçar-se mas sem se cumprir (à excepção das fantasias) sem o ser. De (i) um tal jogo noético entre um termo e o outro irá (ii) emergindo o ente.

i) Com esta opção estratégica “essência” significará não uma singularidade perfeita, mas a direcção ou os traços de um *processo* de singularização *perfectível*. Talvez caiba assim radicar na essência a diversidade das dimensões temporais, cada uma delas distinguindo o que está adquirido (o passado), do que eventualmente o possa completar (o futuro), e do que exerça o trânsito deste para aquele (o presente). Enquanto a *acção* de se desenvolver esse processo dará significado a “ser”. O qual condiciona assim o cumprimento da essência. No entanto, como no nosso caso-de-estudo (em que a opção pelas essências animistas tornou os respectivos entes menos capazes de fazer diferenças, como a da independência,

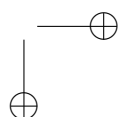
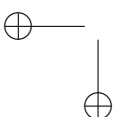


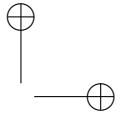
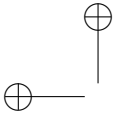


que permitiriam um aperfeiçoamento ou pelo menos a continuação daquelas opções), esta acção, porque também imperfeita, simetricamente será condicionada pela essência. Designadamente mediante outra/s dimensão/ões do ser além da *actual*, que permita/m formular aquela mediação pela essência, e a própria virtualidade ou faculdade de assim se desenvolver o aperfeiçoamento desta última.

A incompletude e a processualidade da concepção emergentista impedem a generalização à partida da opção entre forma e matéria. Daí que o emergentismo não se obrigará a uma alternativa exclusiva entre realismo e nominalismo. Duas possibilidades conceptuais se abrirão assim: ou apesar de tudo se chega a uma posição unitária, mas então híbrida, tão intermédia quanto possível – como o *realismo de tradição aristotélica* que apenas reconhece o ser de universais exemplificados (com instâncias materiais), etc., ou o nominalismo da *teoria dos tropos* que reconhece o ser de propriedades e relações mas apenas enquanto próprias a cada ente. Ou pura e simplesmente se desiste de tal posição, aceitando-se o ser tanto de entes materiais quanto de outros apenas formais (ex. números) em concepções que variam acontecimento a acontecimento – numa acepção *contextual, analógica*, e já não *invariantista e unívoca*, de “ser” e “essência”.

ii) Nesse jogo entre as diversas dimensões de ser e essência, o “ente” será concebido como um processo de *in-sistência* na sua própria delimitação essencial, vocacionado para o destino – o seu *bem* – de constituir uma sua (do ente) *unidade* processual. Mais precisamente, o ente nem deverá ser concebido, digamos, ultra-essencialistamente, como um feixe de qualidades apenas formalmente interligadas, nem o será, existencialistamente, a partir de um substrato inqualificado. Para que possa insistir na sua unificação, o ente deverá ser antes concebido como uma *substância* que se vai qualificando aquém de quaisquer qualidades acidentais que possa ainda receber. Um processo que *perdurará continuamente*, de tal modo que não seja discriminado em posições atómicas em



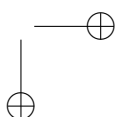
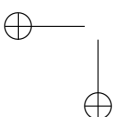


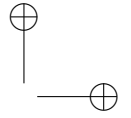
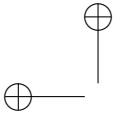
si mesmas alheias às referidas qualidades já satisfeitas, e àquelas outras que em cada momento melhor se poderão resolver com as anteriores.

A razão aliás pela qual agora se recusa uma subjectividade geral, completa, é que os entes que levem a cabo qualquer concepção (os “sujeitos do conhecimento”, mas não na acepção transcendental reducionista) se constituem eles próprios processualmente, em paralelo aos entes que concebem – e no mesmo passo que se podem ir concebendo a si próprios. Esta concepção cognitiva (o “conhecimento”) constituir-se-á assim como uma reacção à acção dos entes conhecidos sobre os que os conhecem – na linha hoje chamada “externalismo”, ou num “realismo epistemológico moderado”, e já não como a implementação de qualquer esquema conceptual transcendental.

Julgo que o *tomismo existencial* – Étienne Gilson (1983), Joseph Owens (1981),... – com a sua ênfase na analogia do “ser”, em geral formulado como acto da essência, a qual constitui a limitação daquele, nomeadamente mediante a noção de “potência” (essencial) também própria ao ser (vejam-se as dimensões suplementares atrás mencionadas), será uma pista a explorar na resposta à pergunta pelo que acontece em conformidade a esta estratégia. Mas também uma metafísica que explore a relevância pragmática dos resultados poderá constituir uma pista frutuosa, etc.

E porventura da formulação precisa dessa relação entre ser e essência resultará uma melhor orientação para o desenvolvimento da interpretação da mecânica quântica na linha de Louis de Broglie e David Bohm, a qual postula corpúsculos que interagirão causalmente no seio de ondas-piloto à revelia de quaisquer observações subjectivas; ou da mais recente interpretação relacional dessa mecânica, que evolui em conformidade à definição de “propriedade” ou “qualidade” como expressão de cada relação causal entre entes que se resistem mutuamente (v. Gruszow, 2008). Assim como do reconhecimento dualista de uma autonomização da mente, no-



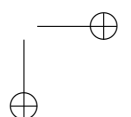
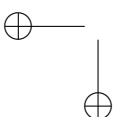


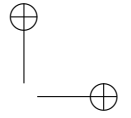
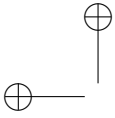
meadamente num estado a que se chamará “consciência”, que emirja da actividade estritamente cerebral (Harnad, 2001). Ou ainda da teoria institucionalista da economia, que inclui o estabelecimento dos valores e regras de escolha no próprio jogo da escolha do que produzir, como e para quem (v. Botelho, 2004). Assim como esses desenvolvimentos científicos serão significativos para a concepção emergentista estritamente metafísica. Enfim, me parece provável que se jogue aqui desde o dito aristotélico de que o todo é maior do que a soma das partes até à cibernética, à teoria do sistema geral¹⁰...

5. Modelo de equações do que acontece

Após termos remontado ao duplo recomeço a partir da disjunção de projectos conceptuais, com a disjunção entre os significados reducionista e emergentista dos termos daquela primeira disjunção,

¹⁰ Desenvolvendo criticamente a pista aberta na nota 8 creio virem a propósito estas palavras de Edgar Morin (in: Dortier, 2009: 30, 31): “Une réalité simple appelle une pensée simple. Et la complexité des phénomènes appelle une pensée complexe. Certes de grandes découvertes des sciences reposent sur le postulat de l’unité et de la simplicité. Mais pour comprendre les phénomènes écologiques, biologiques, les dynamiques de l’histoire, on ne peut espérer trouver des lois simples. La complexité est l’unité du simple et du complexe. (...) Mon apport n’était pas de remarquer la complexité partout, c’était surtout de dire que la complexité est un défi à la connaissance. C’est ce défi que j’ai voulu relever en élaborant quelques instruments conceptuels à travers le cheminement de *La Méthode*”. A ideia chave, penso, é a definição de complexidade: *La complexité est l’unité du simple et du complexe*. Temos portanto uma “complexidade” de 1ª ordem, que se contrapõe à simplicidade (reducionista), e uma “complexidade” de 2ª ordem que as compreende a ambas. O problema epistemológico deixa pois de ser o da opção entre um e o outro paradigma, e passa a ser o do critério de elucidação, a jogar na 2ª ordem, das situações ou fenómenos de 1ª ordem que apelarão a um ou ao outro paradigma.





podemos agora retomar a progressão deste equacionamento tal como o deixámos no parágrafo 3.2.

Desde logo, da multiplicidade estratégica decorre que o nosso problema se não equaciona de forma simples. Pois a equação reducionista estabelecerá um determinado conjunto de acontecimentos, enquanto a equação emergentista estabelecerá um outro conjunto de acontecimentos que não farão ou sofrerão propriamente as diferenças dos anteriores (cf. nota 8). Um e o outro conjunto são assim contidos pelo universo dos acontecimentos *possíveis*, numa escolha conforme a uma equação geral que precisamente disjunta um ou o outro daqueles dois. Todo este problema será pois equacionado por um modelo de três equações – duas particulares, e uma que articule as anteriores.

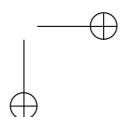
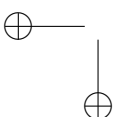
Julgo podermos formalizar este modelo de um modo simples e intuitivo (v. Lipschutz, 1967) – designando qualquer conjunto do que aconteça por “A”, especificamente um conjunto de relações de delimitação essencial do ser por “D*” (e o seu “complemento” – o conjunto do que não lhe pertença – por “D*|”), classificados pelos índices reducionista e emergentista atrás escolhidos:

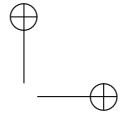
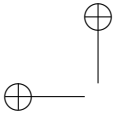
$$(1) A\mu = D^*\mu \cap D^*\alpha |$$

igualiza a operação de *intersecção* entre $D^*\mu$ e o complemento do conjunto solução emergentista, ao conjunto $A\mu$ dos acontecimentos concebidos reducionistasamente – ou seja, este último é formado apenas pelos elementos que pertencem tanto ao primeiro quanto ao segundo daqueles dois conjuntos anteriores.

$$(2) A\alpha = D^*\alpha \cap D^*\mu |$$

é a simétrica equação particular do conjunto dos acontecimentos





concebidos emergentistamente. E enfim com a *reunião* entre esses dois conjuntos temos a equação geral

$$(3) A = A\mu \cup Aa$$

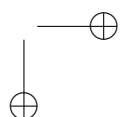
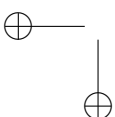
que formaliza o conjunto do que pode acontecer (formado por quaisquer elementos que pertençam a algum dos conjuntos Aa ou $A\mu$). Mais precisamente: *ou* os acontecimentos concebidos segundo uma estratégia, *ou* os concebidos segundo a outra, *ou* uns e outros mas em alguma combinação que os não coloque a par (dadas as exclusividades mútuas estabelecidas nas equações particulares).

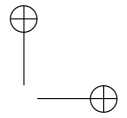
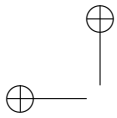
6. Propedêutica à resposta à pergunta pelo que acontece

Face à radicalidade do problema daquilo que há, começámos por optar por uma resposta especulativa em detrimento de outras empírico-indutiva, analítica, dedutiva ou fenomenológica. E equacionámos isso que há enquanto capaz de fazer a diferença, concebendo-o *ou* como um ente perfeito e ex-istente, *ou* como um ente processual e in-sistente, *ou* até como um *e* como outro, o que a equação geral (3) também permite, mas então no seio de algum conjunto complexo e hierarquizado, resultado este que se desdobrará em tantas quantas as combinações de Aa e $A\mu$ que forem possíveis.

Entretanto a radicalidade dessa divergência atinge o trabalho conceptual que implementará esta álgebra metafísica – aqui apenas da metafísica geral do ente enquanto tal, não tendo avançado para as metafísicas especiais de um ente supremo, da necessidade vs. liberdade, etc. Aproveitarei a deixa da letra da abertura de

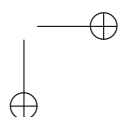
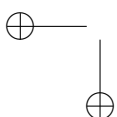
www.lusosofia.net

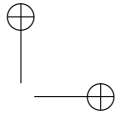
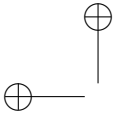




P.F. Strawson (1959: xiii), ainda que forçando o seu espírito, para o assinalar: “metaphysics has been often revisionary, and less often descriptive. Descriptive metaphysics is content to describe the actual structure of our thought about the world, revisionary metaphysics is concerned to produce a better structure”; e “revisionary metaphysics is at the service of descriptive metaphysics”, a qual “[aims] to lay bare the most general features of our conceptual structure”. Se o que a metafísica descritiva visa precisamente é a estrutura do *nosso* pensamento, então ela constitui o resultado, a cada passo, da metafísica revisionária *emergentista* que cada ente que se confronte com a pergunta pelo que há vai desenvolvendo. Strawson reconhece-a nas obras de Aristóteles e de Kant, o que creio bem que seria liminarmente desmentido pelo filósofo alemão, uma vez que este pretendeu que a estrutura transcendental será válida para qualquer razão (em Portugal, na China ou em Marte). Se então, kantianamente, o alvo preciso da metafísica descritiva for a estrutura *do pensamento*, essa metafísica descreverá esquemas conceptuais – cada um estruturando todo um conjunto. Em qualquer caso, porém, a disjunção estratégica que aqui reconhecemos constitui a metafísica descritiva como um momento terminal, provavelmente nunca cumprido (como reconhece esse filósofo inglês), do trabalho especulativo de construção dos conceitos e articulações ali enfim expostos. Num caso e noutro, portanto, essa metafísica terá ao seu serviço uma outra (que neste contexto se dirá) revisionária.

Essa disjunção *sugere* uma resposta à questão clássica da *relevância*, ou do *sentido*, da metafísica geral. A qual (resposta) se constituirá também no factor de mobilização deste empreendimento conceptual. A saber, o sentido deste último será o de apontar para um ente existente ou para um ente insistente, que as diversas ciências determinarão (recortarão) segundo abordagens particulares, comprometendo-se assim cada uma destas com uma metafísica. A sugestão fica aqui feita, mas para se assumir esta re-





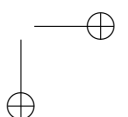
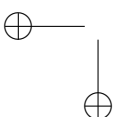
sposta faltará confirmar, agora das ciências para a metafísica, se aquelas implicam opções desta.

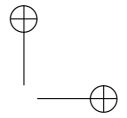
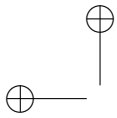
Supondo que o façam, colocam-se porém duas questões processuais à metafísica ainda neste momento da elaboração de um programa resolutivo. Uma é a da *possibilidade* de executar este último, isto é, o de dirimir qual dos seus desenvolvimentos, entre os vários que se afigurem, é o legítimo. Impõe-se pois um critério de *avaliação* dos resultados metafísicos, critério esse que condicionará desde o começo a execução de qualquer programa de resolução de uma equação da pergunta pelo que há. A questão do critério é porém demasiado complexa para que num curto artigo como este seja apropriado fazer mais do apenas lembrá-la (além de que eu pouco saberia avançar sobre ela!).

Diferentemente – e de novo como na questão da relevância da metafísica – creio que os desenvolvimentos que levámos a cabo nos parágrafos 4.1 e 4.2 sugerem respostas a outra questão algébrica: uma vez que se analisem as intersecções em $A\mu$ e em Aa , se essas operações se desdobram em tantas quantas componham a articulação de “ser” e “essência” segundo uma e a outra estratégias, por qual operação particular se deverá começar? Noutros termos, qual será a questão particular cuja resposta deverá condicionar a resposta às outras questões particulares que se lhe relacionem? Me parece que a *ordem operativa* em geral será a mesma, mas formulando-se diferentemente num caso e noutro:

Fazer a diferença é introduzir uma novidade em relação a quaisquer estados alternativos, que assim restam anteriores ou posteriores, mas não actuais. Antes ainda da necessidade versus possibilidade que assim também se estabelece, creio que é com a pura irrupção da novidade (do que assim se torna necessário) que a concepção do que acontece se confronta. É a questão do tempo. Que porém será abordado por ângulos inversos consoante as estratégias.

Às concepções do que acontece na base de uma posicionalidade e uma singularidade perfeitas (μ), erguer-se-á o obstáculo de, afinal





contra o imobilismo do que está acabado, se conseguir articular tais “ser” e “essência” de modo a que se dê conta da novidade como tal. Ou seja, importa dar conta da ocorrência do tempo, do haver tempo. Este é o alcance que percebo nas denúncias desde Heraclito até Alfred North Whitehead (1929) e os demais autores da *process philosophy* contemporânea, visando eminentemente as concepções que aqui chamamos reducionistas.

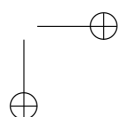
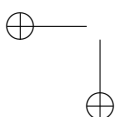
Já a estratégia emergentista (α) reconhece directamente a ocorrência do tempo. Mas uma sua condição é afinal a discriminação entre o antes e o depois – ora, se a mobilização para este movimento parece adquirida, falta aquilo que o permite: um critério de discriminação entre momentos de um processo que se pretende contínuo. Creio que se colocam aqui os problemas da distinção e identificação dos entes assinalados por exemplo por Strawson (1959).

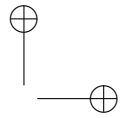
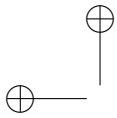
Uma vez ao menos esboçado algum critério metafísico, julgo pois que a execução da resposta à pergunta pelo que há, pelo que é o caso... concebido isso como um acontecimento, e equacionadas essas perguntas pelo modelo aqui proposto, deverá atender especialmente à questão do tempo, pelo lado da sua ocorrência na estratégia reducionista, ou pelo lado da sua discriminação interna na estratégia emergentista.

Agradecimentos

Esta reflexão decorre de um trabalho que me foi possível encetar graças aos apoios institucionais da Faculdade de Filosofia da UCP em Braga, e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e pessoais em especial do Prof. Doutor José Enes, mas também do Prof. Doutor Mário Santiago de Carvalho. Seja qual for o valor que esse trabalho possa ter, ficarei sempre particularmente grato a estas pessoas e instituições pela sua confiança e apoio.

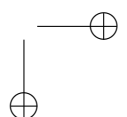
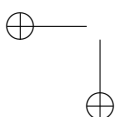
www.lusosofia.net

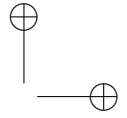
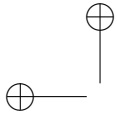




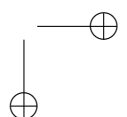
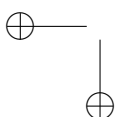
Referências bibliográficas

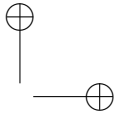
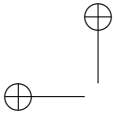
- Albergaria, M.S. 2009. *O Nó do Problema Ocidental – A Dimensão das Ciências*. São Paulo: Biblioteca 24x7.
- Aristóteles, *Metaphysics*. Trad. ing. H. Tredennick. Loeb Classical Library. Cambridge, Mass.: Harvard University Press; Londres: William Heinemann.
- Botelho, F. (dir.) 2004. Dossier: A ciência económica. *Economia Pura*, VII (64): 16-64.
- Branquinho, J. (org., trad., prefácio) 1990. *Existência e Linguagem – Ensaio de Metafísica Analítica*. Lisboa: Presença.
- Carroll, L. 1895. What the Tortoise said to Achilles. *Mind*, IV (14): 278-280.
- Dortier, J.-F. 2009. Rencontre avec Edgar Morin – L’abîme ou la métamorphose? *Sciences Humaines*, Février, N°201, pp. 30-33.
- Felgas, H. 1962. *Guerra em Angola*. 4ªed. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Fuchs, C. 2002. Les langues entre universalisme et relativisme. *Sciences Humaines*, Hors-série ‘Les Sciences de la Cognition’, n. 35: 38-41.
- Gilson, É. 1983. *Constantes Philosophiques de l’Être*. Paris: Vrin.
- Gruszow, S. (dir.) 2008. Dossier: Mécanique quantique: l’erreur d’Einstein. *La Recherche*, Dossier, n. 418: 30-45.
- Harnad, S. 2001. No easy way out. *The Sciences*, 41 (2): 36-42.





- Kant, I. 1985 [1781, 1787]. *Crítica da Razão Pura*. Trad. M.P. Santos, A. F. Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Laughlin, R. B. 2005. *A Different Universe (Reinventing Physics from the Bottom Down)*. Nova Iorque: Basic Books.
- Lipschutz, S. 1967. *Teoria dos Conjuntos*. Trad. F.V. Heusi da Silva. São Paulo: McGraw-Hill.
- Machado, J.P. 1977. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 3ªed. 5 vol. Lisboa: Livros Horizonte.
- Maréchal, J. 1944. *Le Point de Départ de la Métaphysique*. 5 vol. Bruxelas: L'Édition Universelle; Paris: Desclée de Brouwer.
- Owens, J. 1981. *Aquinas on Being and Thing*. Nova Iorque: Niagara University Press.
- Platão. *República*. Trad. M. H. Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Polya, G. 1945. *How to Solve It*. Princeton: Princeton University Press.
- Potter, M. 2004. *Set Theory and Its Philosophy – A Critical Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Strawson, P.F. 1959. *Individuals – An Essay in Descriptive Metaphysics*. Nova Iorque: Doubleday Anchor Books.
- Szabó, Z.G. 2003. Believing in things. *Philosophy and Phenomenological Research*, LXVI (3): 584-611.
- Van Inwagen, P. 2002. *Metaphysics*. 2nd ed. Boulder CO., Oxford: Westview Press.





Whitehead, A.N. 1929. *Process and Reality: An Essay in Cosmology*. Nova Iorque: Macmillan.

